

ZARA PINTO-COELHO, MOISÉS DE LEMOS MARTINS,
MANUEL BAPTISTA & SARA MAIA

CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE (CECS), UNIVERSIDADE
DO MINHO | CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE
(CECS), UNIVERSIDADE DO MINHO | CENTRO DE LÍNGUAS LITERATURAS
E CULTURAS, UNIVERSIDADE DE AVEIRO | CENTRO DE ESTUDOS DE
COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE (CECS), UNIVERSIDADE DO MINHO

REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DE GÉNERO

O género faz parte das atividades quotidianas, que ocorrem em contextos interpessoais ou públicos diversos, e dos discursos que aí se produzem. Nesse sentido, é sempre representado e posto em prática em contexto. Os padrões dessas atividades mundanas têm implicações na construção do eu, das identidades e relações sociais, que são muitas vezes tidas como certas e que precisam por isso de uma análise mais cuidada. A análise das representações e práticas de género em contextos particulares tem sido feita a partir de diferentes perspetivas e abordagens teóricas, que ora realçam as particularidades locais, ora o jogo entre dinâmicas locais e questões estruturais e culturais, mostrando como o poder opera de um modo frequentemente complexo, contraditório e ambíguo, registando-se tanto progressos como permanências das desigualdades na organização social das sociedades humanas em função do género e das sexualidades.

Estas questões têm despertado um interesse crescente nos campos académicos da comunicação e dos estudos culturais em Portugal, ilustrado, por exemplo, pelo aumento do número de teses de doutoramento centradas nas representações e práticas de género. *Representação e Práticas de Género* é um livro da coleção de ebooks do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). A presença do género na agenda de investigação do Centro remonta aos seus primeiros anos de existência. Mas talvez possamos considerar que o ano de 2011 representou um momento particularmente relevante para o fortalecimento da área. Nesse ano, foram defendidas as duas primeiras teses de doutoramento na área (Lobo, 2011; Mota-Ribeiro, 2011) e aprovado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia o primeiro projeto coletivo do CECS dedicado ao género (Género em Foco, 2011).

No que diz respeito às publicações do CECS, em 2012 saiu o primeiro número da revista *Comunicação e Sociedade* dedicado ao tema, na

continuidade de um projeto sobre a interseção do gênero com heterossexualidade na publicidade e nos média (Pinto-Coelho & Mota Ribeiro, 2012) e, em 2014, o e-book *De outro gênero: propostas para a promoção de um jornalismo mais inclusivo* (Cerqueira, Magalhães, Santos, Cabecinhas & Nogueira, 2014) no âmbito do projeto Gênero em Foco.

Foi também iniciativa de alguns membros do CECS a criação, em 2015, de um grupo de trabalho (GT), no seio da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM), relacionado com a temática (SOPCOM, GT. Gênero & Sexualidades, 2015).

É, portanto, com particular satisfação que pretendemos dar mais este pequeno contributo para a compreensão mais aprofundada e efetiva das desigualdades de gênero, um problema que ainda se faz sentir em todas as sociedades ocidentais, se bem que tomando novas formas e novos desenvolvimentos e, portanto, revestindo um caráter substancialmente diferente.

Consideramos que é um problema do qual todos fazemos parte, no sentido em que todos somos responsáveis por ele, em especial os académicos, pois temos os instrumentos para o estudar e criticar. Move-nos a força, não da ideia de um projeto de emancipação global, mas sim da interrogação dos interesses que regem e configuram as formas de vida peculiares e as condições de existência concreta das comunidades que compõem sociedades específicas (Martins, 2015a, p. 352). Continuando a recorrer a Moisés de Lemos Martins, cabe-nos fazer “da ciência uma ideia, que encarne um princípio de resistência crítica e uma força de dissidência, ambos comandados por aquilo a que Jacques Derrida (2001, p. 21) chamou, em tempos, “uma justiça do pensamento” (Martins, 2015b, p. 411).

É a esta luz que este livro, com contribuições de um grupo internacional de investigadores com interesses nas questões do gênero e provenientes de diferentes áreas das ciências sociais e humanas, coloca em realce representações e práticas de gênero que são parte constituinte de vários campos sociais em contextos socioculturais diversos.

Os campos que mereceram a atenção crítica dos autores são os média, a literatura, a educação, a ciência, a saúde pública e o crime, com as realidades brasileiras a merecerem um particular destaque. Os investigadores interrogam as representações e práticas de Estados, cientistas e médicos, jornais homoeróticos e revistas de informação generalista, de romancistas e poetas, de professoras/es e estudantes e de (ex)presidárias. Levantam questões relacionadas com os regimes de gênero no ensino primário e secundário e nas escolhas de percursos científicos e profissionais; com a violência homofóbica na educação; com morais de prazer, de

felicidade e de nojo; com a regulação da maternidade, parentalidade e da adolescência, e com a intersecção do género com a raça e as sexualidades.

Na introdução dos 9 capítulos que integram este volume, fazemos uma breve caracterização de cada um. Nesta caracterização, indicamos o campo social, prática e país em causa, o tipo de questão levantada e as principais conclusões. Quando relevante, mencionamos também o método de análise usado pelos autores. No exercício de síntese, procuramos ser o mais possível fiéis às contribuições originais.

No primeiro capítulo, Giselle Santos recorrendo à perspetiva da nova história cultural, e com a ajuda dos conceitos de representações sociais, de género e raça, no quadro de uma análise interseccional, visa apreender como a interseção dos sistemas de opressão de género e raça se concretiza nas representações da figura das mulheres negras na sociedade cubana durante “o período especial”, por meio da análise de fontes literárias. A autora mostra que a produção literária produzida após os anos 80, momento em que Cuba viveu uma intensa crise económica e o socialismo cubano foi obrigado a renovar-se, apesar de focada no quotidiano de grupos marginalizados, continuou a tradição de invisibilizar e silenciar a população negra, ao mesmo tempo que ao atribuir às personagens negras o lugar do outro - o outro que causa crime e o outro hipersexualizado - reforçou a imagética tradicionalmente associada à mulher negra.

Centrando a atenção nas mudanças, e não nas continuidades, Muriel Amaral e Claudio Filho mostram como a imprensa homoerótica do Brasil passou de causa militante e cidadã a montra de prazer e de felicidade, ditando assim o seu próprio fim. Estes autores insistem sobretudo nas representações dos corpos masculinos e na deriva dos significados que as foram reconfigurando ao longo dos tempos, tendo como pano de fundo as ideias do corpo como uma construção identitária e como manifestação de cultura, e os ditames do prazer e da felicidade que regulam práticas e representações corporais na contemporaneidade.

Do capítulo 3 ao capítulo 5 estão em causa as representações e práticas de género na educação no Brasil e em Macau.

Teresa Kazuko Teruya e Samilo Takara transportam-nos no sentido do nojo, do abjeto e do desejo, a propósito dos discursos da educação sobre as sexualidades. Apoiadas na metáfora da barata, fazem-nos atravessar o território da homossexualidade e da descoberta do eu, com o intuito de problematizar os moralismos e as relações de poder que estruturam as práticas de educação sexual na escola. As investigadoras propõem outras formas de abordar as sexualidades na pedagogia e na formação docente.

Defendendo a inserção do olhar *queer* na educação, incitam a que se enfrente o nojo da barata; propõem mesmo que se cacem as baratas que escapam dos currículos e das práticas pedagógicas, não para as matar, mas como uma possibilidade de aprender a ser e a agir no mundo, para que olhemos para a educação das sexualidades como expressão de auto-conhecimento.

Partindo de um estudo empírico, Ana Barbosa mantém-nos no quadro da experiência educacional brasileira, pondo em evidência o processo de feminização da docência no ensino básico, percebida culturalmente como instituição e ocupação do gênero feminino. Através de uma análise do discurso de educadoras e educadores, aponta para a presença de um “heteronormômetro” que parece regular a atuação profissional de uns e de outros, mantendo mulheres e homens no seu lugar. Ainda no campo da educação, Gicele Sucupira procura mostrar, dando voz a educadoras e educadores, que o acesso às Olimpíadas de matemática no Brasil é condicionado pelas práticas dos próprios atores e ordenada por um padrão único, o da identidade masculina, branca e heterossexual. À luz desse padrão, a genialidade é atribuída à masculinidade em contraposição à dedicação e ao esforço, naturalizados como femininos.

Sobre as consequências deste tipo de crenças, compreensões e práticas na escolha profissional de jovens mulheres, fala-nos Ana Correia, mas a propósito de Macau. O artigo explora o que diz ser o duplo problema vivido pelas jovens macaenses, resultante do impacto que os estereótipos sociais têm sobre a percepção que elas têm sobre si próprias, por um lado, e da unidirecionalidade da recente expansão econômica da cidade, por outro. A autora procura compreender como é que num contexto de igualdade de oportunidades educativas permanece reduzido o número de raparigas inscritas em licenciaturas nas áreas científicas, tecnológicas, das engenharias e das matemáticas, e maioritária a opção pelas jovens por cursos de artes, humanidades, ciências sociais e ensino, reproduzindo-se assim os tradicionais estereótipos de gênero. Partindo da análise de entrevistas a professores e a professoras e a estudantes do ensino secundário, Ana Correia destaca o peso das influências de visões estereotipadas do papel social das mulheres e de visões instrumentais e utilitárias do conhecimento nas decisões das jovens, e a importância da escola e dos professores na reprodução dessas limitações, propulsionado, defende, por um contexto citadino de crescimento e prosperidade rápida.

Os três últimos capítulos do livro versam sobre a maternidade e a parentalidade, chamando à discussão questões relacionadas com a sua regulação, transformações e vivências particulares.

Cristina Pereira e Zara Pinto-Coelho discutem como a ascensão do discurso médico e científico em torno da parentalidade contribuiu para reconfigurar construções normativas sobre a boa mãe, que adquiriram novos cambiantes e exigências, entre as quais destacam a amamentação. A questão merece especial atenção destas autoras, que mostram como a sua promoção universal está longe de se apoiar em literatura médica inequívoca. A associação da maternidade ao sacrifício e ao altruísmo favorece que se exagerem os benefícios da amamentação e se negligenciem as necessidades das mulheres. O capítulo encerra com uma análise crítica de imagens transgressoras da imagética tradicional dessa mãe nutriz, com reminiscências no culto mariano. Essas imagens põem em causa guiões culturais ocidentais, baseados em dicotomias clássicas de gênero, a saber, entre mulher e mãe, entre peito sexual e peito maternal e entre boas e más mães. As autoras concluem que a atual problematização do aleitamento materno é uma das facetas do debate político sobre o estatuto e o papel das mulheres nas sociedades contemporâneas.

Ancorando o seu estudo no conceito de biopoder de Foucault, Ana Lima e Vanessa Correia interrogam a construção da juventude como uma categoria social e a problemática da gravidez na adolescência como efeitos de um tipo de poder que se exerce sobre os corpos das mulheres e das crianças e estabelece limites e proibições às condutas, em particular às associadas aos processos de reprodução. Estas autoras defendem que do mesmo modo que o ideal de transição linear que regula o curso da vida é um fenómeno datado, tendo emergido com força na era industrial, a construção da gravidez na adolescência como um desvio nessa trajetória, e como um problema social, é nossa contemporânea e está associada a mudanças sociais específicas.

De entre estas mudanças, Ana e Vanessa destacam o investimento do movimento higienista, na passagem do século XIX para o século XX, e a consequente conversão da maternidade numa atividade que exige orientações e cuidados especializados. São precisamente os discursos especializados médicos que sustentam a ideia da inconveniência da gravidez, dita precoce, que as autoras analisam, salientando em particular os discursos dos manuais de puericultura publicados no Brasil na primeira metade do século XX, mostrando que exaltavam os benefícios da juventude das mães para os filhos. As autoras terminam sublinhando que no combate à gravidez na adolescência parecem estar em causa não tanto valores de proteção mas sim uma estratégia de controle de uma população que tende a necessitar de cuidado numa cultura que valoriza, acima de tudo, a autonomia.

O livro encerra com o capítulo de Kátia Lopes. A partir de entrevistas orais com mulheres presas e egressas do sistema prisional do estado de São Paulo (Brasil), a investigadora procura compreender a maneira como essas mulheres organizam a vida quotidiana a partir de uma rede de relações que lhes permite assegurar a manutenção do vínculo com os filhos fora da prisão e o reconhecimento dos seus direitos como mães. A investigadora realça os obstáculos morais e materiais envolvidos na tessitura dessas relações e que os atores envolvidos são sobretudo mulheres, configurando, portanto, redes clássicas do cuidado. Kátia Lopes defende que a compreensão destas redes exige o recurso a uma ideia ampliada de família, que se estende para além do grupo doméstico e onde são fundamentais valores de reciprocidade e de ajuda.

REFERÊNCIAS

- Cerqueira, C; Magalhães, S. I.; Santos, A.; Cabecinhas, R. & Nogueira, C. (2014). *De outro género: propostas para a promoção de um jornalismo mais inclusivo*. Braga: CECS.
- Género em Foco (2011). Acedido em <http://www.lasics.uminho.pt/genfoc/>
- Lobo, P. (2011). Desigualdades de género no acesso à esfera pública: uma análise crítica dos conteúdos noticiosos televisivos. Tese de doutoramento, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Acedido em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/19660>
- Martins, M. de L. (2015a). A liberdade académica e os seus inimigos. *Revista Comunicação e Sociedade*, 27, 405-420. Acedido em <http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/2109/2029>
- Martins, M. de L. (2015b). Os Estudos Culturais como novas Humanidades. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3 (1), 341-362. Acedido em <http://estudosculturais.com/revistalusofona/index.php/rlec/article/view/219/142>
- Mota-Ribeiro, S. (2011). *Do outro lado do espelho: imagens e discursos de género nos anúncios das revistas femininas: uma abordagem socio-semiótica visual feminista*. Tese de doutoramento, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Acedido em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/12384>
- Pinto-Coelho, Z. & Mota Ribeiro, S. (2012). Nota introdutória. Do uno e múltiplo. As aporias do nosso desassossego. *Revista Comunicação e Sociedade*, 21, 7-11. Acedido em <http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/695/617>

SOPCOM, GT. *Género & Sexualidades*. Acedido em <https://sopcomgtgss.wordpress.com/category/sopcom/>